

## ATA NÚMERO 11/XIV/1.ª

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura e Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com carácter de urgência, do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sobre todo o processo de aprovação da nova Direção de Informação da RTP e o relacionamento existente entre os membros do Conselho Regulador desta Entidade Reguladora.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição, com carácter de urgência, da Senhora Ministra da Cultura, sobre a cedência de obras de arte da Coleção Rainer Daehnhardt à empresa Vila Galé, SA.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição, com carácter de urgência, do Presidente do Conselho Internacional de Museus da Europa (ICOM Europa), Luís Raposo, do Presidente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), João Neto, e do Director-Geral da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Bernardo Alabaça, sobre a nomeação anunciada no dia 13 de fevereiro, pelo Ministério da Cultura, de Bernardo Alabaça para Director-Geral do Património Cultural.

4. Distribuição da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Programa de Trabalho da Comissão para 2020, Uma União mais ambiciosa — [COM\(2020\) 37](#):

- Relator(a): a indicar pelo PS
- Data de apreciação do relatório: 10 de março de 2020

5. Outros assuntos

**1. Apreciação e votação do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com caráter de urgência, do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sobre todo o processo de aprovação da nova Direção de Informação da RTP e o relacionamento existente entre os membros do Conselho Regulador desta Entidade Reguladora**

[http://srvvideo3/site/XIVLEG/SL1/COM/12\\_CCC/CCC\\_20200218.mp3](http://srvvideo3/site/XIVLEG/SL1/COM/12_CCC/CCC_20200218.mp3)

Dando início à reunião, a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Ana Paula Vitorino, deu a palavra ao **Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)** que fez a apresentação do requerimento referindo que, no exercício daquilo que é o poder de acompanhamento e fiscalização da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PSD não podia ficar em silêncio face às notícias vindas a público sobre a escolha da Direção de Informação da RTP e que deixaram a todos perplexos.

Quanto ao clima existente entre os membros da Entidade Reguladora, considera que é o próprio funcionamento desta entidade que poderá ficar comprometido ou, pelo menos limitado, pelo que faz todo o sentido ouvir em audição o Conselho Regulador para tentar apurar o que se passa.

A **Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS)** usou da palavra para expressar o apoio do seu grupo parlamentar quanto à necessidade da ERC prestar esclarecimentos sobre todo o processo de aprovação da nova Direção de Informação da RTP, embora não concorde com a segunda parte do requerimento apresentado, que considera ser bastante controversa na medida em que a matéria respeitante ao relacionamento existente entre os membros do Conselho Regulador não é da competência nem da Comissão nem da Assembleia da República. Concluiu afirmando que se conflitos há, não é a Comissão que tem de os mediar, resolver e, muito menos, auditar.

A **Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP)** reportou-se às dúvidas do seu grupo parlamentar quanto ao requerimento apresentado, pois as relações entre os membros do Conselho

Regulador não devem ser objeto de apreciação por parte da Comissão. Relativamente à primeira parte do requerimento, ou seja, ao processo de aprovação da nova Direção de Informação da RTP, o Grupo Parlamentar do PCP nada tem a opor na medida em que, no caso em apreço, há uma decisão da ERC que a Assembleia da República pode a todo o tempo escrutinar.

A **Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP)** disse que o seu Grupo Parlamentar viabilizará o requerimento apresentado, pois este poderá dar um contributo relativamente a todo o processo de designação da nova Direção de Informação da RTP. Quanto aos rumores acerca da falta de entendimento entre os membros do Conselho Regulador da ERC, o seu grupo parlamentar entende que a apreciação dessa questão não cabe no âmbito das competências da Comissão e da Assembleia da República.

O **Senhor Deputado José Magalhães (PS)** pediu a palavra para solicitar a votação em separado dos dois incisos previstos no requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, votando em primeiro lugar a parte respeitante ao processo de aprovação da nova Direção de Informação da RTP e de seguida a parte relativa ao relacionamento existente entre os membros do Conselho Regulador da Entidade Reguladora.

Não havendo objeções, a Senhora Presidente submeteu a votação o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O requerimento, na parte respeitante ao processo de aprovação da nova Direção de Informação da RTP, foi aprovado, com os votos a favor dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do PCP e do CDS-PP e a abstenção do Grupo Parlamentar do BE.

A parte relativa ao relacionamento existente entre os membros do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social foi rejeitada, com os votos contra dos Grupos Parlamentares do PS, os votos a favor do Grupo Parlamentar do PSD e a abstenção dos Grupos Parlamentares do BE, do PCP e do CDS-PP.

**2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição, com caráter de urgência, da Senhora Ministra da Cultura, sobre a cedência de obras de arte da Coleção Rainer Daehnhardt à empresa Vila Galé, SA**

A **Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP)** referiu-se à cedência de obras de arte da Coleção Rainer Daehnhardt à empresa Vila Galé, SA, obras essas que foram compradas pelo Estado, sem se conhecer as condições em que isso foi feito e sem se ter conhecimento do parecer dado pelo Museu dos Coches, havendo uma série de indefinições que urge esclarecer. Assim sendo, para o Grupo Parlamentar do PCP torna-se urgente ouvir em audição a Senhora Ministra da Cultura para clarificar os moldes dessa cedência.

A **Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS)** solicitou a palavra para pedir o adiamento da apreciação do requerimento, tendo a **Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP)** manifestado desde logo a sua oposição, sublinhando que esse adiamento devia ter sido solicitado antes da apresentação que tinha acabado de ser feita do mesmo.

Entretanto o **Senhor Deputado Capoulas Santos (PS)** disse que no requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP constam factos que não correspondem de todo à verdade, afirmando, inclusivamente esperar que seja apresentado um pedido de desculpas, o que até ao presente não aconteceu. Referiu ter alguma informação privilegiada sobre o assunto, podendo afirmar que por volta do ano 2000 o Ministério da Agricultura fez todo um trabalho de requalificação da então Coudelaria de Alter do Chão, a mais velha coudelaria do mundo a funcionar interruptamente, tendo comprado uma série de obras de arte que faziam parte do museu até então instalado na coudelaria. Em 2013 todo esse património foi atribuído à Direção-Geral do Património Cultural, saindo assim da esfera patrimonial do Ministério da Agricultura. Acrescentou também que entretanto o processo de requalificação da Coudelaria de Alter foi reativado e foi nessa altura que se equacionou a hipótese de aí instalar um hotel e de reinstalar um museu no edifício mais nobre, uma antiga igreja. Ficará na responsabilidade da Companhia das Lezírias que neste momento tutela a Coudelaria de Alter a reinstalação desse museu, sendo intenção requisitar o património cultural que entretanto passou para a tutela do Ministério da Cultura e que foi originariamente adquirido para aquela finalidade. Disse também que a afirmação constante do requerimento que houve autorização dos Ministérios da Agricultura, da

Cultura, da Economia para ceder uma parte deste património para a unidade hoteleira não corresponde à verdade, pelo que, nessa parte, o mesmo deve ser retificado.

Em relação ao pedido de adiamento da apreciação deste requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o **Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)** sublinhou que a Comissão tem registado um quase anormal relacionamento entre todos os grupos parlamentares e que os trabalhos têm decorrido de uma forma anormalmente boa, fruto da colaboração de todos. Ora, não estando o Grupo Parlamentar do PS em condições de votar de imediato o requerimento, o Grupo Parlamentar do PSD pergunta até que ponto é que o Grupo Parlamentar do PCP seria sensível a permitir o seu adiamento.

A este propósito, a **Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP)** disse não fazer qualquer sentido adiar a apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, que foi entregue e distribuído em tempo útil. Como no início da sua apresentação ninguém solicitou o adiamento da sua apreciação e como não foi, inclusivamente, apresentada qualquer justificação lógica para esse pedido, para o Grupo Parlamentar do PCP esse pedido não faz qualquer sentido e considera não ser esse um procedimento correto, considerando que estão reunidas todas as condições para se proceder à apreciação e votação do requerimento por si apresentado.

Reportou-se também à contestação feita pelo Senhor Deputado Capoulas Santos (PS) e que mereceu uma resposta em tempo útil por parte do Grupo Parlamentar do PCP e que foi esta:

«Exmo. Senhor

Deputado do PS, Luís Capoulas Santos

O Grupo Parlamentar do PCP agradece a informação que enviou para conhecimento de todos e sobre a qual não tem quaisquer motivos para duvidar, tendo sido feita afirmação taxativa como o senhor deputado teve oportunidade de escrever.

Cumpre-nos dizer que o que consta do requerimento do PCP foi feito de boa fé, tendo por base um despacho do Governo (da senhora Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural)

emitido em janeiro de 2020 em que é referido o seguinte, e que tomámos como sendo verdadeiro:

«Tratando-se de uma coleção que reclama ser usufruída pelo público e com ligação a Alter do Chão, a exposição de algumas obras de arte no empreendimento REVIVE constitui entendimento, desde logo assumido pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Economia, da Agricultura e da Cultura do anterior governo como via a prosseguir;»

Ora, se o transcrito no nosso requerimento com base neste excerto do despacho não corresponde ao que aconteceu e está documentado - não pelo PCP, mas pela mão do atual Governo -, então acreditamos que o contributo do senhor deputado em sede de Comissão é ainda mais relevante no sentido que o atual Governo possa proceder ao cabal esclarecimento de toda a situação.»

Terminou a sua intervenção concluindo que o Grupo Parlamentar do PCP toma como boas as palavras do Senhor Deputado Capoulas Santos, assim como toma como boa a informação constante no despacho do Governo.

A **Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP)** referiu ter todo o interesse em compreender os termos em que essa cedência foi feita e a forma contratual adotada, pois no caso em apreço parece haver uma descontinuidade entre aquilo que é o entendimento de um membro do governo anterior e aquele que é o do membro do governo atual.

Uma vez submetido a votação o requerimento foi aprovado, com os votos a favor dos Grupos Parlamentares do PSD, BE, PCP e CDS-PP e votos contra do Grupo Parlamentar do PS.

**3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição, com carácter de urgência, do Presidente do Conselho Internacional de Museus da Europa (ICOM Europa), Luís Raposo, do Presidente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), João Neto, e do Director-Geral da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Bernardo Alabaça, sobre a nomeação anunciada no dia 13 de fevereiro, pelo Ministério da Cultura, de Bernardo Alabaça para Director-Geral do Património Cultural.**

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, a apreciação do requerimento foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

**3. Distribuição da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Programa de Trabalho da Comissão para 2020, Uma União mais ambiciosa — COM(2020) 37:**

O Grupo Parlamentar do PS indicou como relator desta iniciativa europeia o Senhor Deputado Pedro Cegonho (PS), tendo, a este propósito, a Senhora Presidente recordado que o relatório em causa tinha de ser entregue até ao dia 10 de março de 2020.

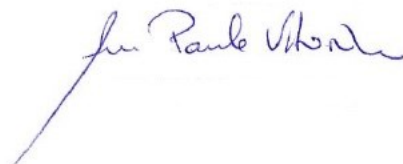
**4. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de fevereiro de 2020

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(ANA PAULA VITORINO)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE na reunião de 26 de fevereiro de 2020

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço  
Ana Mesquita  
Ana Paula Vitorino  
Ana Rita Bessa  
Beatriz Gomes Dias  
Cláudia Bento  
Filipa Roseta  
Helga Correia  
Isabel Lopes  
José Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Capoulas Santos  
Mara Coelho  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Cegonho  
Rosário Gambôa  
Sara Velez  
Sofia Araújo  
Alexandra Vieira  
António Ventura  
Bruno Aragão  
Carla Borges  
Carla Sousa  
Cláudia André  
Cristina Sousa  
Diana Ferreira  
Firmino Marques  
Lina Lopes





Comissão de Cultura e Comunicação

---

Maria da Graça Reis

Olga Silvestre

Paulo Porto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva

Cristina Rodrigues

Diogo Leão

Fernanda Velez

Jorge Costa